Encontro “A Universidade nos anos 2000”

Síntese e conclusões

<https://doi.org/10.5628/rpcd.01.02.83>

Nos dias 27 a 30 de Março de 2001 reuniu na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto um representativo número de especialistas nacionais que discutiram o tema “A Universidade nos anos 2000”, no âmbito das comemorações dos 25 anos de integração desta Faculdade na Universidade.

A reunião foi organizada em 7 painéis: Missão e funções da universidade; Investigação: construção do conhecimento; Utilidade social do conhecimento; A presença da qualidade e a cultura da organização; Ensino-aprendizagem e didáctica no ensino superior; A multidimensionalidade da ética no ensino superior; e A universalidade da universidade.

O elevado nível das apresentações e dos debates que se seguiram proporcionaram momentos raros de reflexão sobre um tema da maior actualidade para a Universidade Portuguesa e para o país.

Do encontro emergiram ideias que, pela sua importância, recomendam a maior divulgação junto de todos – pessoas e instituições – a quem interessam os problemas da universidade portuguesa.

A universidade moderna nasce no final do Séc. XVIII princípio do Séc. XIX com as reformas de Humboldt na Prússia e Napoleão em França. Pensada fundamentalmente como um instrumento de construção do Estado-Nação e de modernização do sector público e administrativo, ultrapassou este carácter utilitário, estabelecendo também um compromisso com o livre pensamento, as ideias e a atitude crítica. Isto manteve-se durante o estado-providência.

Antes instituição social, a universidade tende hoje a ser convertida numa organização empresarial, numa instituição prestadora de serviços em que o produto universitário é definido pelo economicismo como um produto industrial, ainda que de tipo especial. Esta ideia de organização empresarial, aponta para critérios de gestão racionalizados e optimizados. Nela, as mais valias resultantes do trabalho não remunerado dos órgãos de gestão, professores etc., são completamente destruídas pelos gestores profissionais, criando por parte dos universitários uma total falta de cooperação, muitas vezes motivada pela simples reacção ao autoritarismo e pesporrência de uma gestão profissionalizante. Esta sedução da universidade pela lógica das organizações empresariais, pelo apelo dos mercados, colide com a missão e as funções da universidade, no seu alcance e visão prospectivos, no distanciamento das modas, na intervenção com espírito crítico. E com isto destruindo as forças e capacidades inovadoras da instituição universitária. Uma certa desordem, tão pouco do agrado dos gestores profissionais, parece ser fundamental para que a energia criativa dos universitários se possa libertar, o que não é possível num ambiente rígido que a contrarie.

Apesar de na Europa alguns países ensaiarem passos no sentido da profissionalização da gestão das universidades – veja-se os casos de países como a Inglaterra, a Holanda, ou a Noruega – mesmo países como os USA repensam este quadro à luz das experiências de insucesso mais recentes. Alberto Amaral defende claramente um modelo de gestão das universidades baseado no saber e

conhecimento dos universitários sobre a missão e funções da universidade, embora apoiado na experiência e competência de assessores nas áreas técnicas da gestão.

A universidade é um organismo de complexidade crescente hoje em crise, por desajustada da realidade social entretanto profundamente alterada. Mas já sobreviveu a outras crises. Também esta poderá ser superada se tiver a capacidade de se pensar, retomando o sentido substantivo da sua missão e das funções que conduzem ao cumprimento daquela. Que universidade queremos? Uma universidade voltada essencialmente para a criação, preservação e aprofundamento do saber ou para a satisfação das necessidades de curto prazo?

O isolamento da universidade tradicional no seu espaço físico não deve ter como contrapartida, na universidade contemporânea, uma intervenção sem limites no exterior, ou fazer desta um objectivo primordial. Se hoje se rejeita a figura da universidade fechada sobre si própria, a orientação estrita para a satisfação das necessidades de curto prazo também é prejudicial à universidade. Interessa pois preservar a identidade, sem descurar a abertura ao exterior.

Como diz o Prof. Adriano Moreira na sua notável intervenção, a universidade quando pensa já está a intervir. E comprometida com um desígnio fundamental da sua própria missão.

A missão da universidade resulta de um mandato que a sociedade civil, através das suas instituições, lhe cometeu. Qual o sentido deste mandato?

A procura da verdade, até 1900; a vontade de fazer, a partir desta mesma data. Mais importante do que compreender a realidade, é transformá-la - Karl Marx *dixit* - ou a emergência da ideologia dos escombros da axiologia.

Mas é diferente a universidade contemporânea. Pensar, valorar, agir, constitui, na opinião de Manuel Patrício, o triângulo funcional da universidade: o conhecimento, pelo desenvolvimento da ciência; os valores, pela promoção da cultura; a acção transformadora, no desenvolvimento tecnológico suportado pelo conhecimento científico.

Hoje a missão da universidade confronta-se mais com uma concepção do Homem acerca de si próprio, sob o signo do Ser, da vontade de ser. De um

Homem plenamente Homem. Numa formação e preparação para a vida que tem o estudante como parte activa do processo de formação, de construção/reconstrução do conhecimento, das exigências da cidadania e não como um receptor passivo dos conhecimentos transmitidos.

Adriano Moreira cita Alvin Toffler, para referir que o poder que o saber difundido pela universidade confere é um agente de democratização da sociedade, por estar ao alcance de todos os estratos sociais. Mas, mais do que a informação que transmite, por ofício, aos seus discentes, justificar-se-á porventura que a universidade cuide da sua formação e aculturação.

Este um grande desígnio da Universidade que, superadas as fases teológica e ideológica, deverá assumir a sua dimensão antropológica. Não construída unilateralmente na vontade contra o intelecto, mas edificada na afirmação de uma universidade pluridimensional, plena, com verdade e com valores. Uma Universidade obra do Homem, para servir a auto-construção do Homem. No reforço do compromisso com o culto da verdade, a valorização do saber e a intervenção cultural.

Portugal precisa de se afirmar como país produtor do conhecimento. A investigação deve por isso constituir para todos – Governo, universidades, professores – uma prioridade nacional.

Torna-se imperativo estimular a necessidade de perguntar, querer saber, problematizar. A construção do saber tem que começar durante a infância, nas idades em que a curiosidade é maior e em que o nosso tradicional sistema de educação ainda não interveio, inibindo a curiosidade. Estamos a desperdiçar o capital humano, as oportunidades. Vamos a caminho da globalização, mas de uma globalização em inglês. Só poderemos evitar isto com projectos e realizações. Deve, por isso, ser evitado o esvaziamento do nosso país da massa crítica que tem buscado fora de portas as condições que aqui não lhe são oferecidas. A possibilidade de trabalhar em centros avançados no estrangeiro é uma sedução a que os mais dotados não resistem. Aos apelos do regresso contrapõem a inércia da burocracia universitária. Diz um colega português, exilado de circunstância: - no MIT, se preciso de um

equipamento de investigação pela manhã só tenho de esperar até ao meio-dia. Que não mais existam circunstâncias que levem ilustres cientistas portugueses a expatriar-se.

Deve estimular-se a competitividade, a emulação, entre escolas e universidades. Num desafio permanente de superação das barreiras.

Os doutoramentos em Portugal têm-se quase confinado ao espaço e vida académicos. Os doutores não são aceites nas empresas. Deve existir um justo equilíbrio entre o interesse científico e a relevância para a sociedade, estabelecendo-se formas de cooperação com as empresas.

A ciência deve pois ser útil. Uma utilidade que signifique o conhecimento do mundo pelo Homem que nele habita.

É a natureza interdisciplinar dos projectos de investigação que explica o êxito de muitos desses projectos. A interdisciplinaridade na investigação concorre para o progresso do conhecimento. Deve por isso ser recusado qualquer princípio da hierarquia e ser promovida, cada vez mais, a ideia de interdisciplinaridade, envolvendo ciências básicas e ciências aplicadas, ciências duras e ciências moles. Deve promover-se, de forma consequente, uma concepção de ciência mais lata. O conhecimento científico não é só o que é exacto, é também o outro que não é construído pela linguagem matemática, mas nem por isso é menos rigoroso.

A investigação em Portugal não tem sido uniforme. Algumas áreas são mais financiadas do que outras e os fundos têm sido insuficientes para todas.

As unidades de investigação estão perante dificuldades: falta de pessoal técnico de apoio à investigação, desactualização dos equipamentos, verbas diminutas, problemas resultantes do alheamento dos responsáveis.

A utilidade social do conhecimento feito nas universidades nem merece discussão. O que não significa a sua utilização. Uma coisa é a utilidade social do conhecimento, outra coisa é a utilização social do conhecimento.

Os divórcios entre a universidade e a sociedade encontram concretização nas dificuldades de utilização do conhecimento, que diminuem ou mesmo anulam a sua utilidade social. A superação

deste estado de coisas supõe um diálogo mais aberto e descomplexado entre académicos e profissionais. A valorização do conhecimento exige avaliação. Se bem que autónoma na sua acção, a instituição universitária – quer a pública quer a privada – não pode furtar-se à exigência da qualidade, aferida no desempenho, e à acreditação dos conteúdos curriculares e dos métodos de ensino.

Há uma desvalorização da profissão, na qual tem um papel importante o laxismo da universidade, da qual saem com aproveitamento todos os estudantes, os bem e os mal preparados, para justificar as *ratios* e os orçamentos.

O conhecimento só terá utilidade social se se promover a responsabilidade dos académicos, a sua competência, uma cultura da exigência. E não há utilidade social do conhecimento sem este estar referenciado aos valores do novo milénio. Deve prevalecer o primado da comunidade sobre o indivíduo e ser imposta a responsabilidade social, para que os profissionais, na sua actividade individual, pensam mais em serviço. Estamos a transformar-nos numa sociedade de direitos e não de deveres.

A aceleração da vida moderna impõe à universidade, como condição de subsistência, a sua rápida, senão síncrona, adaptação às exigências da sociedade civil. Mas, a avaliação da utilidade social do conhecimento implica a análise das necessidades sociais.

Devem ser contrariados os excessos de especialização, em cada um conhece na perfeição o seu papel, mas desconhece o nome e o enredo da peça. Tem que se repensar a formação nas Faculdades, evitando a proliferação de cursos e cursinhos. Portugal é um país com demasiados cursos de pós-graduação, sendo que esta é apenas uma estratégia para adiar o desemprego, sem utilidade social nenhuma.

É acentuada a importância da qualidade da vida institucional para a produtividade do ensino e a fertilidade da investigação.

A presença da qualidade e a cultura da organização na universidade portuguesa – qual o estado da situação?

Em alguns casos as escolas da universidade portuguesa não são mais do que “grandes liceus”.

Permissividade, incapacidade de promoção da equidade, fosso entre o discurso e a prática... Torna-se indispensável apontar problemas, é urgente definir critérios, referenciados a padrões elevados: no desenvolvimento de sistemas de regulação da qualidade pedagógica e da qualidade científica, no desenvolvimento de sistemas de informação, na criação de observatórios de actividade profissional.

O que ensinar? Como ensinar? A criação científica é uma aventura intelectual recente, de cerca de 4 000 anos. Mas só a paz, no pós-guerra, permitiu, já neste século, os casamentos interdisciplinares das ciências e das tecnologias que estão a permitir os grandes avanços.

O que deve então mudar? Impõem-se novas didácticas no ensino? Deverá o ensino continuar a ser tradicional, muito centrado no ensino magistral? As aulas teóricas não acabam, o ensino magistral não está esgotado. Aquilo que se ouve, não é o que se esquece mais depressa: depende do que se ouve, da forma como se ouve, do interesse dedicado ao objecto da lição.

Mas há um défice de prestígio do ensino expositivo, já que, sendo o mais praticado, é o mais visado pelas críticas. Deve, por isso, reequilibrar-se o peso das aulas magistrais, práticas e laboratoriais. Criar uma maior diversidade didáctica, tornando mais atraentes os métodos de ensino, não os fazendo depender das formas tradicionais.

Os docentes do ensino superior devem desenvolver competências e ser preparados para ensinar. Revitalizemos a relação mestre/aluno. Como disse o Professor Nuno Grande, de uma forma radical, a universidade onde não há a relação mestre/aluno não existe. Se o professor não consegue fazer melhor do que a própria máquina, então algo está mal no nosso ensino.

Mas o ensino magistral é, justamente, um dos terrenos onde dificilmente a tecnologia se substituirá ao professor, na importância do seu papel, na “retórica”, numa forma de ser e estar que provoca o pensamento, a inteligência. Os alunos devem ser confrontados com os problemas que lhes são postos, procurando encontrar respostas, mais do que esperar soluções. Cerca de 25% do conhecimento biológico fica desactualizado num

espaço de quatro anos. Isto significa que, ainda durante a sua estadia na universidade, os conhecimentos dos estudantes de biologia já estão desactualizados. Os alunos devem pois ser educados para pensarem que nem tudo o que a universidade lhes diz é verdade.

Num mundo que privilegia o ter em relação ao ser, a universidade tem valido pelos diplomas que concede.

A ética na universidade deve ser uma ética da responsabilidade, dos princípios. A universidade foi construída sobre valores sociais, está ao serviço da sociedade, e não ao serviço individual. Uma sociedade em que os valores individuais fossem os únicos tenderia a desaparecer.

A universidade deve reencontrar-se com o seu sentido mais profundo: o do Homem, o dos valores. No inconformismo, contra a mediocridade. Uma universidade do Homem e para o Homem, no respeito pela Natureza.

CONCLUSÕES

1. Muitas das questões referidas e debatidas e as soluções apresentadas apontam para uma modificação das condições de funcionamento da universidade. Mas enquanto vigorarem as restrições ditadas por condicionalismos de ordem económica nada, ou muito pouco, poderá ser feito para melhorar a situação actual. A solução dos problemas da universidade, como também de outros da sociedade portuguesa é, pois, de natureza política.
2. Portugal e a universidade têm saídas para o futuro que têm de passar, inexoravelmente, por: (i) uma profunda reforma do estado e da sociedade; (ii) uma exigência de empenhamento total; e (iii) uma atitude competitiva, corajosa e responsável perante os desafios dos principais actores em cada sector da vida portuguesa.
3. A instituição universitária vive uma crise sem precedentes, mas as ofertas de cursos não param de aumentar. Abrindo-se ao exterior, numa exigência contemporânea, a universidade não pode perder a identidade, o seu sentido de missão. A universidade deve permanecer uma instituição social ao serviço do saber e não uma organização

com uma lógica empresarial. A universidade não serve interesses, serve causas!

4. Devem ser repensados os modelos de formação, os métodos de ensino, promovida a aprendizagem, num quadro interdisciplinar, mais aberto, mais flexível, tributário de experiências variadas em culturas diversificadas. Para cabal cumprimento da sua função social, compete à universidade promover o desenvolvimento mental dos jovens que a frequentam, de par com a transmissão dos conhecimentos que habilitam ao exercício de uma profissão.
5. A investigação pura, sem limites de tempo e de aplicabilidade, deve ser um objectivo da universidade. Esta deve ser pensada como um espaço de liberdade científica e de criação do conhecimento.
6. Deve fazer-se da avaliação um exercício permanente, criando sistemas de regulação da qualidade, aferindo o desempenho, os conteúdos e os métodos de ensino.
7. Deve existir uma ética do dever e não uma ética dos direitos. Temos de vestir a camisola da universidade. Ter o sentido de serviço. O serviço do professor é uma missão, não uma função. Mas é preciso dignificar as carreiras universitárias, acabando com um enquadramento normativo arcaico, no actual Estatuto da Carreira Docente Universitária, que prejudica o mérito, os ideais e institui o carreirismo. Só assim haverá dedicação plena à causa universitária.
8. No princípio de mais um século, restará à universidade portuguesa e ao país retomarem o sentido da aventura conscientemente assumido. Com a História e a inerente responsabilidade por estímulo, e nunca como paliativo.
9. A contemporaneidade deve ser um valor para a universidade. Nunca, como hoje, os povos de todo o mundo viveram em condições tão discrepantes. É preciso disponibilizar o saber universal desenvolvido nas universidades a todas as comunidades. Temos, por isso, que desenvolver a cooperação entre os povos por forma a eliminar as gritantes assimetrias tão visíveis no mundo actual e que a globalização tende a agravar.

A importância dos contributos apresentados a este encontro justifica a sua publicação. A Universidade do Porto deverá apoiar a divulgação nas universidades portuguesas das actas da reunião, proporcionando aos universitários que não puderam estar presentes neste encontro uma oportunidade de reflexão sobre os temas nele debatidos.

Porto, 30 de Março de 2001

António Teixeira Marques
José Ferreira da Silva
Maria Luiza Kent-Smith Amaral